



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

Ref. Sessão Plenária Ordinária Nº **720**
DECISÃO PL Nº **23/2023**
Processo Prot. **1150713/2021**
Interessado **BISMARK SOARES DA SILVA**
Assunto Recurso ao Plenário

EMENTA: Nega provimento ao mérito, com aplicação da penalidade estabelecida no patamar mínimo por infração por infração a alínea "a" do Artigo 6º, da Lei nº 5.194/66, com valor atualizado nos termos da legislação vigente.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, em sua Sessão Plenária Nº **720**, de 13 de fevereiro de 2023, considerando a interposição de recurso apresentada pela interessada acerca da decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura (CEECA), nº 161/21, de 18 de julho de 2022, que negou provimento ao mérito com aplicação de penalidade estabelecida no patamar máximo, em razão de autuação por exercício ilegal por pessoa física (Projeto e Execução de uma edificação de uso comercial com dois pavimentos, área a ser construída de 207,20 m²; ponto comercial no térreo 156 m², e 1º andar 51,20 m², localizada na cidade de Araruna/PB; Considerando que tal fato constitui infração à alínea "a", do Art. 6º, da Lei 5.194/66, que diz: "*Exerce ilegalmente a profissão de Engenheiro, Arquiteto ou Engenheiro-agrônomo: a) a Pessoa Física ou Jurídica que realizar atos ou prestar Serviços, Público ou Privado reservado aos Profissionais de que trata esta Lei e que não possua Registro nos Conselhos Regionais.*"; Considerando a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; Considerando o artigo 73, da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando que em 25/11/2021, o (a) autuado (a) tomou conhecimento do Auto lavrado por infração à legislação profissional do Sistema Confea/Crea, sendo-lhe conferido o prazo de 10 (dez) dias para manifestação; Considerando que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; Considerando, ainda, que o (a) autuado (a) não apresentou defesa escrita no prazo previsto no Artigo 10, Parágrafo único, da Resolução 1008/2004, sendo, portanto, considerado REVEL; Considerando que até a presente data não ocorreu regularização do fato gerador da infração; Considerando que da decisão da Câmara Especializada o (a) autuado (a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-PB; Considerando que o processo foi devidamente instruído pela Assessoria Técnica do Crea-PB, após análise detalhada, nos termos do parecer por si explicativo, que opina pela manutenção do Auto de Infração nº 500024184/2021, com redução do valor da multa, em função da regularização do fato gerador da infração; Considerando os termos do parecer exarado pelo relator, com o seguinte teor: "*.....Ementa: O presente processo trata-se de autuação por EXERCÍCIO ILEGAL POR PESSOA FÍSICA, com Infração - ALÍNEA "A", ARTIGO 6º, DA LEI 5.194/66, Penalidade - Lei Federal Nº 5194/66, artigo 73, alínea "d", onde não houve regularização do fato gerador, até o momento da lavratura do auto de infração e não apresentou defesa, após recebimento do auto, tornando-se revel. Relatório: BISMARK SOARES DA SILVA, foi autuado (a) pelo CREA-PB por ALÍNEA "A", ARTIGO 6º, DA LEI 5.194/66, sendo-lhe concedidos 10 (dez) dias para apresentação de defesa à Câmara Especializada, que foram contados a partir da ciência do auto de infração, que se deu em 25/11/2021. O mesmo não apresentou defesa dentro do prazo de 10 dias, e desta forma tornando-se revel. O processo foi relatado e julgado na Câmara Especializada de Engenharia Civil, onde foi mantida a multa e seu grau máximo. A autuada apresentou um recurso ao plenário. Análise: CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que em 25/11/2021 o (a) autuado (a) tomou conhecimento do Auto lavrado por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, sen-*

46.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

do-lhe conferido o prazo de 10(dez) dias para manifestação; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO, ainda, que o (a) autuado (a) não apresentou defesa escrita no prazo previsto no Artigo 10, Parágrafo único, da Resolução 1008/2004, sendo, portanto considerado REVEL; CONSIDERANDO que da decisão da Câmara Especializada o (a) autuado (a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-PB; CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu regularização do fato gerador da infração; CONSIDERANDO que a autuado apresentou recurso ao plenário do CREA dentro do prazo legal; CONSIDERANDO que o autuado apresentou ART de OBRA e SERVIÇO Nº PB20220468128, do engenheiro Civil JOALDO BATISTA DA SILVA, e desta forma regularizando o fato gerador do auto de infração. Fundamentação: Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004; Artigo 73, da Lei no. 5.194, de 1966. Voto: Ante ao exposto e documentação apensada ao processo, sou pela manutenção do Auto de Infração nº 500024184/2021, com redução do valor da multa PARA SEU GRAU MÍNIMO, em função da regularização do fato gerador da infração. Esse é meu parecer e voto. Conselheiro: SEVERINO DO RAMO AIRES BEZERRA." DECIDIU aprovar por unanimidade o parecer apresentado pelo relator. Presidiu a Sessão o Eng. Civil **HUGO BARBOSA DE PAIVA JUNIOR**, Presidente do Conselho, estando presentes os Conselheiros Regionais: **EDMILSON ALTER CAMPOS MARTINS, CARMEM ELEONÔRA CAVALCANTI AMORIM SOARES, LEDSON LEITÃO BATISTA, WALDERLEY MENDES DINIZ, MARTINHO NOBRE TOMAZ DE SOUZA, ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO, JOSÉ ARIOSVALDO ALVES DA SILVA, IEURE AMARAL ROLIM, AMAURI DE ALMEIDA CAVALCANTE, SEVERINO DO RAMO AIRES BEZERRA, WENDERSON LAVERRIER ARAÚJO MELO, ADILSON DIAS DE PONTES FILHO, DENISON PALMEIRA RAMOS, OTÁVIO ALFREDO FALCÃO DE O. LIMA, VIRGINIA ODETE CRUZ BARROCA, MARIA ASSUNÇÃO DE LUCENA TRINDADE MARTINS, DINIVAL DANTAS DE FRANÇA FILHO, JULYÉRICA TAVARES DE ARAÚJO, FABRÍCIO MACEDO FURTADO, RENATO VITÓRIO RODRIGUES, ADAILSON PEREIRA DE SOUZA, NADY ROCHA, IURE BORGES DE MOURA AQUINO, RAPHAEL LINS DE FREITAS, MARILIA HENRIQUES CAVALCANTE, VERIANE VIEIRA DOS PASSOS, SEVERINO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, PAULO LAERCIO VIEIRA, ADILSON DIAS DE PONTES, GUILHERME SÁ ABRANTES DE SENA, RUBENS TADEU DE ARAÚJO NÓBREGA, ALINE COSTA FERREIRA, GLAUCIA SUZANA BATISTA PEREIRA, ANTONIO DA CUNHA CAVALCANTI, JULIO SARAIVA TORRES FILHO, SYLVIO SILOMAR DA SILVA FILHO, ELAINE CHRISTINA DE OLIVEIRA LACERDA e KÁTIA LEMOS DINIZ.**

Cientifique-se e Cumpra-se

João Pessoa, 13 de fevereiro de 2023


Eng. Civil **HUGO BARBOSA DE PAIVA JUNIOR**
-Presidente-